

A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

OS SETE SACRAMENTOS DA IGREJA

1210. Os sacramentos da nova Lei foram instituídos por Cristo e são em número de sete, a saber:

- 1. O Batismo,**
- 2. A Crisma,**
- 3. A Eucaristia,**
- 4. A Confissão,**
- 5. A Unção dos Enfermos,**
- 6. A Ordem,**
- 7. O Matrimônio.**

Os sete sacramentos tocam todas as etapas e momentos importantes da vida do cristão: **outorgam nascimento e crescimento, cura e missão à vida de fé dos cristãos. Há aqui uma certa semelhança entre as etapas da vida natural e as da vida espiritual.**

1211. Seguindo esta analogia, exporemos primeiro **os três sacramentos da iniciação cristã** (capítulo primeiro), **depois os sacramentos de cura** (capítulo segundo) **e finalmente os que estão ao serviço da comunhão e da missão dos fiéis** (capítulo terceiro). Esta ordem não é, certamente, a única possível, mas permite ver que os sacramentos formam um organismo, no qual cada sacramento particular tem o seu lugar vital. Neste organismo, **a Eucaristia ocupa um lugar único, como «sacramento dos sacramentos»:** «todos os outros sacramentos estão ordenados para este, como para o seu fim» .

O que é um sacramento?

Procuremos, em primeiro lugar, compreender bem o que é um sacramento, donde vem e para que serve. Esta simples noção fará cair já a maior parte das objeções, como, perante a exposição clara da verdade, dissipam-se todos os erros.

O catecismo diz que "*sacramento é um sinal sensível, instituído por Nosso Senhor Jesus Cristo, para produzir a graça em nossas almas e santificá-las.*"

Desta definição resulta que três coisas são exigidas para constituir um sacramento:

a) "*Um sinal sensível*", representativo da natureza da graça produzida. Deve ser "*sensível*" porque se não pudéssemos percebê-lo, deixaria de ser um sinal. Este sinal sensível consta sempre de "*matéria*" e de "*forma*", isto é, da matéria empregada e das palavras pronunciadas pelo ministro do sacramento.

b) Deve ser "*instituído por Jesus Cristo*", porque só Deus pode ligar um sinal visível a faculdade de produzir a graça. Nosso Senhor, durante a sua vida mortal, instituiu pessoalmente os sete sacramentos, deixando apenas à Igreja o cuidado de estabelecer ritos secundários, realçá-los com cerimônias, sem tocar-lhe na substância.

c) "*Para produzir a graça*". Isto é, distribuir-nos os efeitos e méritos da redenção que Jesus Cristo mereceu por nós, na cruz... Os sacramentos comunicam esta graça, "*por virtude própria*", independente das disposições daquele que os administra ou recebe. Esta qualidade, chamada pela teologia "*ex opere operato*", distingue os sacramentos da "*oração*", das "*boas obras*" e dos "*sacramentais*", que

tiram a sua eficácia "*ex opere operantis*" das disposições do sujeito.

Os sacramentos são sinais de graças

A graça, que a teologia define "*um dom sobrenatural de Deus*", por causa dos méritos de Jesus Cristo, como meio de salvação, é tudo na religião católica, é sua *seiva*, o seu *sopro*, a sua *alavanca*.

Querendo ou não, todos os homens devem viver da graça ou se perderão eternamente. Ou escolhem a vida de Cristo que é a graça, ou a vida da carne que é o vício; a salvação ou a perdição.

Santo Agostinho define a graça da seguinte forma: "*A graça é como o prazer que nos atrai... Não há nada de duro na santa violência com que Deus nos atrai... tudo é suave e benfazejo*" (Sermo 133, cap. XI). Esta palavra é admirável: a graça é um verdadeiro poder *atrativo*, que provém à vontade, a estimula e leva a Deus, a atrai por deleitação interior, e faz amar, como por instinto, Aquele que a nossa razão devia amar acima de tudo: Deus. Este termo "*atrativo*" parece novo em teologia, entretanto ele é a expressão da palavra de Nosso Senhor: "*Ninguém pode vir a mim, se Aquele que me enviou não o atrair*" (Jo 8, 22). E esta outra: "*Uma vez levantado da terra, atrairei tudo a mim - omnia traham ad meipsum*" (Jo 12, 32).

O que é a graça e a necessidade dos sacramentos

A graça em seu princípio é, pois, a vida de Deus em nós: "*Participatio quaedam naturae divinae*", diz Santo Tomás.

Para comunicar-nos a sua vida, Deus podia agir imediatamente sobre a nossa alma; ele o faz às vezes. A simples elevação dos nossos corações, pela oração, podia produzir este efeito, mas além desta ação imediata de Deus sobre a alma, além do meio da oração, Deus instituiu meios particulares para comunicar-nos as suas graças, *meios* obrigados, indispensáveis: estes meios são os sacramentos.

Vejamos esta necessidade; está admiravelmente descrita por S. Paulo (Rom. 6, 1-14): "*Permaneceremos no pecado, para que a graça abunde? De modo nenhum*" (6, 1). "*Ora, se já morremos com Cristo, cremos que também com ele viveremos*" (8). "*O pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça*" (14).

Há, pois, duas vidas em nós: a vida do *pecado* e a da *graça*. Ora, esta graça é o dom de Deus, proveniente dos méritos de Jesus Cristo. É a seiva desta graça que deve circular em nós: "*Nós somos os ramos, Cristo é o tronco*" (Jo 15, 4-5). Deve haver união completa, íntima entre os meios de transmissão da graça e a alma que recebe esta graça, como há união completa entre o tronco e os ramos.

Na oração e nas boas obras esta união completa não existe... Deve haver outro meio e este meio são os sacramentos. Os sacramentos tornam-se, neste sentido, os canais transmissores da graça divina às almas. Canais estabelecidos por Jesus Cristo, como veremos, e portanto necessários.

Como provar a existência dos sete sacramentos?

É um dogma, definido pelo Concílio de Trento, que existem os sacramentos e que são em número de sete, condenando o erro protestante.

São, pois, **sete os sacramentos**, nem mais, nem menos, contra os protestantes que nunca estiveram de acordo entre si sobre este ponto. A Igreja católica sempre ensinou e sempre ensinará que há sete sacramentos, porque assim recebeu o ensino dos Apóstolos, tanto pela Tradição, como pelo Evangelho, e assim o vai transmitindo aos séculos. Nunca houve discussão a este respeito na Igreja, embora

não encontremos nos primeiros séculos a enumeração metódica que hoje empregamos na citação dos sacramentos.

Três argumentos temos às mãos para provar a tese dos sete sacramentos, e todos três são irrefutáveis:

- a) A crença dos séculos
- b) O bom-senso
- c) O Evangelho

A) Crença Secular

O primeiro argumento da crença popular desta verdade parece remontar ao século V., quando até mesmos os hereges, como os monofisitas e os nestorianos, aceitavam o número dos sete sacramentos. Em textos deles é explícito o número de sete sacramentos, recebidos da Igreja Romana.

b) O Bom-senso

É apenas argumento de conveniência, é certo, mas este argumento tem o seu valor pela analogia perfeita que estabelece entre as leis da *vida natural* e as leis da *vida sobrenatural*.

Santo tomas explica admiravelmente esta analogia. Os sete sacramentos reunidos são necessários e bastam para a vida, conservação e prosperidade espiritual, quer do corpo inteiro da Igreja, quer de cada membro em particular.

Os cinco primeiros são estabelecidos para o aperfeiçoamento pessoal, os dois últimos para o governo e a multiplicação da Igreja.

Na ordem natural, para o aperfeiçoamento pessoal, é preciso: 1o. *nascer*; 2o. *fortificar-se*; 3o. *alimentar-se*; 4o. *curar-se* na enfermidade; 5o. *refazer-se* nos achaques da velhice.

Para o aperfeiçoamento moral a humanidade carece de: 1o. *Autoridade* para governar, 2o. *Propagação* para perpetuar-se.

Tal é a ordem natural. Temos os mesmos elementos na ordem espiritual:

- 1o. *O batismo* é o nascimento da graça
- 2o. *A crisma* é o desenvolvimento da graça
- 3o. *A eucaristia* é o alimento da alma
- 4o. *A penitência* é a cura das fraquezas da alma
- 5o. *A extrema-unção* é o restabelecimento das forças espirituais
- 6o. *A ordem* gera a autoridade sacerdotal
- 7o. *O matrimônio* assegura a propagação dos católicos e das suas doutrinas.

Os sete sacramentos são, deste modo, como outros tantos socorros, dispostos ao longo do caminho da vida, para a infância, a juventude, a idade madura e a velhice; para as duas principais "carreiras" que se oferecem: sacerdócio e casamento.

Não se pode negar que a analogia é admirável e estabelece que deve haver sete sacramentos. Se houvesse menos, faltaria qualquer coisa; se houvesse mais, haveria um supérfluo; todas as necessidades estão preenchidas.

c) O Evangelho

Para o protestante, escravo da letra da bíblia, o último argumento deve ser o mais decisivo. Estarão expressos no Evangelho os sete sacramentos? Perfeitamente! O que

o protestante não consegue entender é que Nosso Senhor não citou o número de 7, mas citou os sacramentos.

Todavia, o mesmo protestante acredita na Santíssima Trindade e Nosso Senhor nunca falou o número três para designar esse mistério, apenas disse: "*Pai, Filho e Espírito Santo*".

O Evangelho não fala de sete sacramentos, mas vai enumerando todos os sete, instituídos por Nosso Senhor Jesus Cristo.

O Batismo:

Sua instituição e preceito estão positivamente marcados nos seguintes textos: "*Em verdade vos digo, disse Jesus a Nicodemos, quem não renascer da água e do Espírito Santo, não pode entrar no reino de Deus*" (Jo 3, 5). "*Ide, ensinai todas as gentes, disse Jesus a seus discípulos, batizando-as, em nome do Padre, e do Filho e do Espírito Santo*" (Mt 28,19). "*O que crer e for batizado, será salvo*", promete o Salvador (Mc 16, 61). "*Recebe o batismo e lava os teus pecados*", disse Ananias a Saulo (At 22, 16). Os Apóstolos administravam o batismo a todos os que desejavam alistar-se na religião nova. Três mil pessoas receberam o batismo das mãos de S. Pedro, no dia de pentecostes (At 2, 38-41).

A Crisma

Os atos dos apóstolos provam que o seu rito exterior consiste na imposição das mãos, diferente do batismo que utiliza a água. Os apóstolos Pedro e João, enviados a Samaria, "*punham as mãos sobre os que tinham sido batizados*", e recebiam estes o Espírito Santo (At 8, 12-17). Do mesmo modo, S. Paulo, vindo a Éfeso, batizou, em nome de Jesus Cristo, discípulos de João e a "*eles impôs as mãos, para que o Espírito Santo baixasse sobre eles*" (At 19, 1-6). Para que S. Paulo importaria as mãos sobre quem já era batizado se a Crisma não fosse um sacramento que confirmasse o Batismo, completando os dons do Espírito Santo? Segundo estes textos, compreende-se claramente que Pedro e João de um lado, e Paulo de outro, deram o Espírito Santo, pela imposição das mãos. Ora, uma tal prática seria ridícula, se eles o fizessem fora da vontade e das prescrições do Mestre. A Crisma é, pois, um sacramento instituído por Nosso Senhor.

A Eucaristia

A palavra "*Eucaristia*" provém de duas palavras gregas "*eu-cháris*": "*ação de graça*", e designa a presença real e substancial de Jesus Cristo sob as aparências de pão e vinho.

Essa presença não foi contestada nem mesmo por Lutero. Em carta a seu amigo Argentino (De euch. dist. I, art.) falando sobre o texto evangélico "*Isto é o meu corpo*", ele diz: "*Eu quereria que alguém fosse assaz hábil para persuadir-me de que na Eucaristia não se contém senão pão e vinho: esse me prestaria um grande serviço. Eu tenho trabalhado nessa questão a suar; porém confesso que estou encadeado, e não vejo nenhum meio de sair daí. O texto do Evangelho é claro demais*".

Eis, em S. João, os termos de que Jesus Cristo se serviu, falando a primeira vez deste grande sacramento: "*Eu sou o pão da vida; vossos pais comeram o maná no deserto e morreram. Este é o pão que desce do céu, para que o que dele comer não morra. Eu sou o pão vivo, que desci do céu. Se alguém comer deste pão, viverá eternamente, e o pão que eu darei é a minha carne, para a vida do mundo*" (Jo 6, 48-52).

Que clareza nessas palavras! Que quer dizer isso: "*Eu sou o pão vivo - o pão que*

eu darei é a minha carne". É ou não é a carne de Cristo? É ou não é Cristo que será o pão que deve ser comido? Será que Deus não saberia se expressar direito se desejasse fazer uma simples alegoria?

E não é só isso! Nosso Senhor continua, cada vez mais positivo e mais claro: "*Se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós. O que comer a minha carne e beber o meu sangue terá a vida eterna. Porque a minha carne é verdadeiramente comida, e o meu sangue é verdadeiramente bebida. O que come a minha carne e bebe o meu sangue, fica em mim e eu nele. O que me come... viverá por mim. Este é o pão que desceu do céu... O que come este pão, viverá eternamente!*" (Jo 6, 54 - 59).

Eis um trecho claríssimo, que não deixa margem à dúvidas. Nosso Senhor afirma categoricamente: "*... minha carne é verdadeiramente comida*". É impossível negar algo tão claro: a carne de Cristo, dada aos homens para remissão dos pecados, é para ser comida; e quem comer desta carne "*viverá eternamente*".

Cristo afirma, repete, reafirma, e explica que o pão que ele vai dar é o "*seu próprio corpo*" - que seu corpo é uma "*comida*" - que seu sangue é uma "*bebida*" - que é um pão celeste que dá a vida eterna. E tudo isso é positivo, repetido mais de 50 vezes, sem deixar subsistir a mais leve hesitação.

Ao negar a presença eucarística, o protestante nega as palavras de Cristo.

Cristo diz: "*Este é o meu corpo*". O protestante exclama: Não, senhor, é um pedaço de pão!

Cristo ajunta: "*Minha carne é verdadeiramente comida*". O protestante objeta: Não, senhor, este pão não é tua carne!

Cristo completa: "*O que me come... viverá por mim*". O protestante insiste: Não, senhor, não comemos a ti, é simplesmente um pedaço de pão!

Cristo repete: "*O que come a minha carne, fica em mim*". O protestante discorda: Não, senhor, não é a tua carne, porque eu não o quero; é uma ceia, uma simples lembrança!... De tudo que afirmas, nada é verdade. Este pão do céu não existe... Este pão não é o teu corpo... Este vinho não é o teu sangue. Teu corpo não é comida. Teu sangue não é bebida.

A posição dos protestantes é a posição que tomaram os fariseus: "*Como pode este dar-nos a sua carne a comer?*" (Jo 6, 53). Retiram-se murmurando: "*É duro demais, quem pode ouvir uma tal linguagem!*" (Jo 6, 67).

Que fará Jesus, dissipa o equívoco e explica que é simbólico o que Ele acaba de dizer, para que não se perdessem os que se retiravam?

Não! Vira-se para seus Apóstolos e, num tom que não admite réplica, pergunta: "*E vós também quereis abandonar-me?*" (Jo 6, 68). É como se afirmasse: quem não desejar aceitar a verdade, que retire-se com os outros! A verdade é essa e não muda.

E S. Pedro lança este sublime brado de fé: "*Senhor, para quem havemos de ir? Tu tens as palavras de vida eterna. E nós cremos e conhecemos que tu és Cristo, o Filho de Deus*" (Jo 6, 67-70).

É a cena da promessa da eucaristia, que ia sendo preparada por Nosso Senhor em seus Apóstolos, que acreditavam e amavam mesmo sem entender!

Aos protestantes, cabe uma pergunta muito objetiva: Seria possível Cristo ser tão solene e tão claro, utilizando palavras tão majestosas e escandalizando a tantos incrédulos, apenas para prometer-nos um "*pedaço de pão*", que devemos comer em

sua lembrança?

Seria impossível.

Agora, examinemos a instituição da Eucaristia.

O dia escolhido é a véspera da morte do Messias. Em meio das ternuras lacerantes do adeus, neste momento onde, deixando aqueles que se amam, fala-se com mais coração e com mais firmeza, porque, estando para morrer, não se estará mais para explicar ou interpretar as próprias palavras. Neste momento, pois, num festim preparado com solenidade (Lc 22, 12), impacientemente desejado (Lc 22, 15), eis que se passa:

"Quando estavam ceando, Jesus tomou o pão, benzeu-o e partiu-o, e deu-o a seus discípulos, dizendo: Tomai e comei, isto é o meu corpo, que é dado por vós - Fazei isto em memória de mim" (Lc 22, 19).

"E tomando o cálice, deu graças, e o deu a eles, dizendo: Bebei deste todos, porque isto é o meu sangue do novo testamento, que será derramado por muitos, para a remissão do pecado" (Mt 26, 27-28)

Que magnífica simplicidade e previsão nos termos!

O original grego é mais forte ainda: *"Isto é o meu corpo, meu próprio corpo, o mesmo que é dado por vós - Isto é meu sangue, meu próprio sangue da nova aliança, o sangue derramado por vós em remissão dos pecados"*.

E no texto siríaco, tão antigo como o grego, feito no tempo dos Apóstolos, diz-se: O que se nos dá *"é o próprio corpo de Jesus, seu próprio sangue"*.

Não há outro sentido possível nesses textos. É a presença real afirmada, inequivocamente, pelo Messias, Redentor nosso, que derramou seu sangue na Cruz por nossos pecados.

Que precisão nas palavras e que autoridade! Quanto poder nestas palavras: *"Lázaro, sai do sepulcro!"* E Lázaro sai imediatamente. *"Mulher, estás curada!"* E ela fica curada. *"Isso é meu corpo!"* E esse é o corpo do Cristo.

E S. Paulo, na sua epístola aos Coríntios (11, 23 - 30): *"Eu recebi do Senhor... que, na noite em que foi traído, tomou o pão. E tendo dado graças, o partiu e disse: Tomai, comei: isto é o meu corpo que será entregue por vós; fazei isto em memória de mim. Do mesmo modo, depois de cear, tomou o cálice, dizendo: Esta é a nova aliança no meu sangue, fazei isto, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor, até que venha. Portanto, qualquer que comer este pão ou beber o cálice indignamente, será culpado do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se, pois, o homem a si mesmo... Porque o que come e bebe indignamente, como e bebe para si mesmo sua própria condenação, não discernindo o corpo do Senhor. Por causa disto há entre vós muitos fracos e doentes e muitos que dormem (o sono da morte)" (I Cor 11, 23 - 30).*

S. Paulo diz, com esta lógica que lhe é peculiar: *"Quem comer este pão ... indignamente, será culpado do corpo do Senhor" (1 Cor 11, 27) - e ainda no mesmo sentido: "O que come indignamente, come a sua própria condenação, não discernindo o corpo do Senhor" (1 Cor 11, 29).*

Ou seja, S. Paulo afirma que, comungando indignamente, somos culpados do corpo de Jesus Cristo. Ora, como é que alguém pode ser culpado do corpo de Cristo se este corpo não estiver no pão que come?

Comer um pedaço de trigo, sem devoção e com a alma manchada, pode ser um crime, o qual a vítima *"come sua própria condenação"*? É ridículo!

Aliás, o que S. Paulo afirma acaba condenando o protestantismo: É culpado do corpo do Senhor e come sua própria condenação, quem não discerne o corpo de Cristo de um vulgar pedaço de pão, e come este pão indignamente.

Eis a verdade irrefutável da Eucaristia.

Confissão

A confissão consiste em um sacramento instituído por Jesus Cristo no qual o sacerdote perdoa os pecados cometidos depois do batismo.

Sobre o sacramento da Confissão, devemos analisar o seguinte:

- 1) Os homens pecam
- 2) É necessário obter o perdão desses pecados
- 3) Nosso Senhor instituiu um sacramento para a remissão dos pecados
- 4) A confissão deve ser feita a um Padre.
- 5) Diferença entre "atrição" e "contrição"
- 6) O que é necessário para ser eficaz uma confissão?

Vamos às respostas.

1) Os homens pecam:

Diz a Sagrada Escritura: "*O justo cai sete vezes por dia*" (Prov 24, 16). E se o próprio justo cai sete vezes, que será do pobre que não é justo?

"*Não há homem que não peque*" (Ecl 7, 21).

"*Aquele que diz que não tem pecado faz Deus mentiroso*" (1 Jo 1, 10).

O "*Livre Arbítrio*" humano permite ao homem realizar atos contrários ao seu criador.

2) É necessário obter o perdão desses pecados

"*Nesta porta do Senhor, só o justo pode entrar*" (Sl 117, 20).

"*Não sabeis que os pecadores não possuirão o reino de Deus?*" (1 Cor 6, 9).

Portanto, para entrar no Reino de Deus, é necessário obter o perdão dos pecados.

3) Nosso Senhor instituiu um sacramento.

Qual é o meio que existe para alcançar o perdão dos pecados?

Nos diz S. João: "*Se confessarmos os nossos pecados, diz o Apóstolos, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e purificar-nos de toda injustiça*" (1 Jo 1, 8).

Todavia, "*aquele que esconde os seus crimes não será purificado; aquele, ao contrário, que se confessar e deixar seus crimes, alcançará a misericórdia*" (Prov. 38, 13). "*Não vos demoreis no erro dos ímpios, mas confessai-vos antes de morrer*" (Ecl 17, 26).

A confissão não é nova, já existia no Antigo Testamento, mas foi elevada à dignidade de Sacramento por Nosso Senhor, que conhecia a fraqueza humana e desejava salvar seus filhos.

No dia da ressurreição, como para significar que a confissão é uma espécie de ressurreição espiritual do pecador, "*apareceu no meio dos apóstolos... e, mostrando-lhes as mãos e seu lado... lhes disse: A paz esteja convosco. Assim como meu Pai me enviou, eu vos envio a vós. ... soprando sobre eles: recebi o Espírito Santo... Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados, e àqueles a quem os*

retiverdes, ser-lhes-ão retidos" (Jo 21, 21 - 23). O mesmo texto encontra-se em S. Mateus (Mt 28, 20).

Como tudo é claro! Nosso Senhor tinha o poder de perdoar os pecados, como se desprende de S. Mateus (Mt 9, 2-7). Ele transmite esse poder aos seus Apóstolos dizendo: "*assim como o Pai me enviou*", isto é, com o poder de perdoar os pecados, "*assim eu vos envio a vós*", ou seja, dotados do mesmo poder. E para dissipar qualquer dúvida, continua: "*soprando sobre eles: Recebei o Espírito Santo...*" como se dissesse: Recebei um poder divino... só Deus pode perdoar pecados: pois bem... "*Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados, e àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos"* (Jo 21, 21 - 23).

A conclusão é rigorosa: Cristo podia perdoar os pecados. Ele comunicou este poder aos Apóstolos e por eles aos sucessores dos Apóstolos: pois a Igreja é uma sociedade "*que deve durar até o fim do mundo*" (Mt 28, 20).

O livro dos Atos dos Apóstolos refere que quem se convertia "*vinha fazer a confissão das suas culpas*" (At 19, 18).

Aqui nós começamos a refutar uma argumentação dos protestantes: cada um se confessa diretamente com Deus.

4) A confissão deve ser feita a um padre.

Pelo próprio livro dos Atos dos Apóstolos, quando se afirma que o convertido "*vinha fazer a confissão*", fica claro que era necessário um deslocamento da pessoa para realizar a confissão junto aos Apóstolos, pois o verbo "*vir*" é usado por quem recebe a visita do penitente.

Se a confissão fosse direta com Deus, bastaria pedir perdão de seus pecados, sem precisar '*ir*' até a Igreja.

Aliás, S. Tiago é explícito a esse respeito: "*confessai os vossos pecados uns aos outros, diz ele, e orai uns pelos outros, a fim de que sejais salvos*" (Tgo 5, 16). Isto é, confessai vossos pecados a um homem, que tenha recebido o poder de perdoá-los.

De qualquer forma, a instituição do Sacramento deixa claro o poder que Nosso Senhor conferiu à sua Igreja.

Sem a vontade de se confessar com um outro homem, o pecador demonstra que seu arrependimento não é profundo, pois ele não se envergonha mais de ofender a Deus do que de expor sua honra. No fundo, ama a si mesmo mais do que a Deus e pode estar cometer um outro pecado, ainda mais grave, contra o primeiro mandamento: Amar a Deus sobre todas as coisas.

Mas, em não existindo um Padre, como confessar-se? E como ficam os homens no Antigo Testamento?

5) Contrição e Atrição

A Contrição consiste em pedir o perdão de seus pecados por amor de Deus. A atrição, por sua vez, consiste em pedir o perdão dos pecados por temor do inferno.

A primeira, contrição (chamada de *contrição perfeita*), apaga os pecados da pessoa antes mesmo da confissão. Todavia, só é verdadeira se há a disposição de se confessar com um padre. Foi desta forma que se salvaram os justos do Antigo Testamento.

A atrição só é válida através do sacramento da confissão, o qual é eficaz mesmo se há apenas "*medo do inferno*".

Ninguém duvida de que o sincero arrependimento dos pecados, com firme

propósito de não pecar mais, e satisfação feita a Deus e aos prejudicados, eram, no Antigo Testamento, condições necessárias e suficientes para obter o perdão de Deus. O mesmo vale ainda hoje para todos os que desconhecem Nosso Senhor Jesus Cristo e seu Evangelho (desde que sigam a Lei Natural) e para os que não têm como se confessar (desde que tenham um ato de contrição perfeita). Mas quem, em seu orgulho, não acredita nas palavras de Cristo Ressuscitado, com as quais ele instituiu o sacramento da penitência, e por isso não quer se confessar, não receberá o perdão, pois não ama à Deus verdadeiramente.

Cada pecado é um ato de orgulho e desobediência contra Deus. Por isso "*Cristo se humilhou e tornou-se obediente até a morte, e morte na Cruz*" (Flp 2, 8) para expiar o orgulho e a desobediência dos nossos pecados, e nos merecer o perdão. Por isso ele exige de nós este ato de humildade e de obediência, na Confissão sacramental, na qual confessamos os nossos pecados diante do seu representante, legitimamente ordenado. E, conforme a sua promessa: "*Quem se humilha, será exaltado, e quem se exalta, será humilhado*" (Lc 18, 14).

Alguns protestantes aliciam os católicos para sua seita com a promessa de que, depois do batismo (pela imersão), estariam livres de qualquer pecado e nem poderiam mais pecar! Conseqüentemente, concluem que não haveria necessidade de confissão. Apóiam esta afirmação nas palavras bíblicas de (1 Jo 3, 6 e 9). Todavia, basta confrontar essa passagem com outra, do próprio João Apóstolos (1 Jo 1, 8-10), para perceber que a conclusão é precipitada: "*Se dissermos que não temos pecado algum, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós. Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo, e nos perdoa os nossos pecados, e nos purifica de toda a iniquidade. Se dissermos que não temos pecado, taxamo-Lo de mentiroso, e a sua palavra não está em nós*".

Portanto, todos os homens necessitam de misericórdia divina; e os sinceros seguidores da Bíblia recebem-na, agradecidos, no sacramento da Confissão.

6) O que é necessário para ser eficaz uma confissão?

- a) exame de consciência
 - b) ter arrependimento (atrição ou contrição)
 - c) propósito de não recair no pecado e de evitar as circunstâncias que o favoreçam
 - d) confessar-se sem omitir nada
 - e) cumprir a penitência estabelecida pelo confessor
- Ver ainda "penas temporais" e "indulgências"

A Extrema-Unção

É o quinto sacramento instituído por Jesus Cristo, sem que saibamos em que época o instituiu. A Sagrada Escritura, como para a Crisma, nos transmite apenas o rito exterior e o efeito produzido. O Evangelho diz que "*à ordem do Senhor... os apóstolos expeliam muitos demônios e ungiam com óleo a muitos enfermos, e os curavam*" (Mc 6, 13). Eis um fato, é a ordem do Senhor.

A instituição da extrema-unção decorre destas palavras de S. Tiago: "*Está entre vós alguém enfermo? Chame os sacerdotes da Igreja, e estes façam oração sobre ele, ungiendo-o com óleo, em nome do Senhor. E o Senhor o aliviará, e se estiver em algum pecado ser-lhe-á perdoado*" (Tgo 5, 14-15).

Nunca o Apóstolo teria prometido tais efeitos a uma unção, na enfermidade, sem firmar-se na autoridade divina da instituição deste sacramento. A extrema-unção é,

pois, verdadeiramente um sacramento.

A Ordem

A Ordem é o sacramento que dá o poder de desempenhar as funções eclesiásticas, e a graça de fazê-lo santamente. Em outros termos, é o sacramento que faz os sacerdotes, ou ministros de Deus. Muitos textos da Sagrada Escritura provam a existência do sacerdócio e indicam o rito de ordenação sacerdotal. Lemos de fato que Nosso Senhor fez uma *seleção* entre os discípulos: "*Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi*", diz Ele (Jo 15, 16). Aos discípulos eleitos, chamados apóstolos, o divino Mestre confia as quatro atribuições particulares do sacerdócio:

a) **Oferecer o santo sacrifício:** "*Fazei isto em memória de mim*" (Lc 22, 19). É a ordem de reproduzir o que ele tinha feito: mudar o pão em seu corpo e o vinho em seu sangue divino

b) **Perdoar os pecados:** *Os pecados serão perdoados aos que vós os perdoardes* (Jo 20, 23).

c) **Pregar o Evangelho:** *Ide no mundo inteiro, pregando o Evangelho a todas as criaturas* (Mc 16, 15).

d) **Governar a Igreja:** *O Espírito Santo constituiu os bispos para governarem a Igreja de Deus* (At 20, 28).

Eis os poderes dados por Nosso Senhor Jesus Cristo a seus ministros ou sacerdotes, representados pelos primeiros sacerdotes, que foram os apóstolos.

Quanto ao rito de ordenação, não é menos claramente indicado: Consiste ela na imposição das mãos. S. Paulo escreve: "*Não desprezes a graça que há em ti e te foi dada por profecia pela imposição das mãos do presbitério*" (1 Tim 4, 14). Chama-se presbitério a reunião dos bispos e padres que concorreram para a ordenação de Timóteo, de que S. Paulo foi o principal ministro, como se vê claramente na segunda epístola dirigida ao mesmo discípulo. "*Por este motivo, diz ele, te admoesto que reanimes a graça de Deus, que recebestes pela imposição de minhas mãos*" (2 Tim 1, 6).

O exemplo dos apóstolos nos mostra a transmissão dos poderes sacerdotais pela ordenação. E por onde Paulo e Barnabé passavam, "*ordenavam sacerdotes para cada Igreja*" (At 14, 22).

Tudo isso prova, claramente, que os apóstolos tinham recebido de Nosso Senhor a divina investidura de poderes, que iam assim distribuindo pela imposição das mãos; e esta investidura é o sacramento da Ordem.

Que diferença para o pastor protestante... Ele mesmo se investe de um poder que não recebeu de ninguém, ele mesmo se escolhe, nomeia-se, e dá a si os poderes que julga ter, sem que tenha sido investido do sacramento instituído por Deus para a escolha de seus ministros, sob a autoridade de um Papa.

O Matrimônio

É o último na série dos sacramentos. O casamento que era antes de Jesus Cristo mero contrato, é um verdadeiro sacramento da nova lei. Não sabemos exatamente o tempo nem o lugar em que Jesus Cristo instituiu este sacramento; pensam os teólogos que foi nas bodas de Caná. Outros pensam que foi na ocasião em que o Salvador restaurou a unidade e a indissolubilidade primitivas. Interrogado a respeito do divórcio, Cristo responde que não era lícito por nenhum motivo, que nem o direito de separar-se tem o homem e a mulher, exceto o caso de adultério (Mt 19, 3-5).

Outros, ainda, pensam que foi instituído depois da ressurreição, e promulgado por S. Paulo, na epístola aos efésios (5, 25-33).

Pouco importa o tempo e o lugar, o certo é que o matrimônio foi por Nosso Senhor elevado à dignidade de sacramento, como resulta positiva e irrefutavelmente da Sagrada Escritura: "*Não separe o homem o que Deus ajuntou*" (Mt 19, 6). Ou seja, Deus uniu os noivos!

Este mistério, ou sacramento, *é grande em relação a Cristo e à Igreja, diz S. Paulo* (Ef 5, 32). Isso é grande, em relação a Cristo, porque é instituição divina; grande em relação à Igreja, que deve mantê-lo na sua unidade e indissolubilidade.

O rito externo foi indicado por S. Paulo: é a mútua tradição e aceitação do direito sobre os corpos, em ordem aos fins do casamento, formando uma união santa, como é "*santa a união do Cristo com a sua Igreja*" (Ef 5, 25).

É mais uma bomba que pegam os nossos amigos protestantes. Eles que, rejeitando o sacramento, para contentar-se unicamente com o contrato civil, preferem a obra humana à instituição divina: "*Não separe o homem o que Deus ajuntou*" (Mt 19, 6).

O Batismo de Crianças e o Batismo de Adultos

Muitos protestantes costuma argumentar que o Batismo de Crianças não aparece na Bíblia. Como conclusão, defendem que só os adultos podem ser batizados.

Primeiramente, nem tudo está na Bíblia, como afirma S. João: "*Há ainda muitas coisas feitas por Jesus, as quais, se se escrevessem uma por uma, creio que este mundo não poderia conter os livros que se deveriam escrever*" (Jo 21,25).

Ou seja, o fato de não estar na Bíblia não prova que não se deva batizar crianças.

A pergunta deveria ser inversa: Onde estão as provas bíblicas para a afirmação de que apenas os adultos devem ser batizados?

Agora, vamos provar que Deus deseja o batismo das crianças.

A Sagrada Escritura menciona vários personagens pagãos que professaram a fé cristã e se fizeram batizar "*com toda a sua casa*". Assim o centurião romano Cornélio (At 10, 1s.24.44.47s), a negociante Lídia de Filipos (At 16, 14s), o carcereiro de Filipos (At 16, 31-33), Crispo de Corinto (At 18, 8), a família de Estéfanos (1Cor 1, 16).

A expressão "*casa*" ("*domus*", em latim; "*oikos*", em grego) tinha sentido amplo e enfático na Antigüidade: designava o chefe de família com todos os seus domésticos, inclusive as crianças (que geralmente não faltavam).

Desde o início da Igreja, os apóstolos batizavam os recém-nascidos. Assim se expressa Orígenes (185 - 255): "*A Igreja recebeu dos Apóstolos a tradição de dar batismo também aos recém-nascidos*". (Epist. ad Rom. Livro 5, 9). E S. Cipriano, em 258, escreve: "*Do batismo e da graça não devemos afastar as crianças*". (Carta a Fido).

Santo Irineu, que viveu entre 140 a 204, afirma: "*Jesus veio salvar a todos os que através dele nasceram de novo de Deus: os recém-nascidos, os meninos, os jovens e os velhos*". (Adv. Haer. livro 2)

Na "*Nova e Eterna Aliança*", o batismo substitui a circuncisão da "*Antiga Aliança*", como rito de entrada para o povo escolhido de Deus. Ora, se o próprio Deus ordenou a Abraão circuncidar os meninos já no 8o dia depois do nascimento, sem exigir deles uma fé adulta e livre escolha, então não seria lógico recusar o batismo às crianças dos pais cristãos, por causa de tais exigências.

O manual dos Apóstolos, também conhecido como 'didaqué', prescreve o batismo para crianças.

Ou seja, era costume dos apóstolos batizarem as crianças, segundo a importância que é o sacramento do "Batismo", pois *"quem não renascer da água e do Espírito Santo, não pode entrar no Reino de Deus"*.

A posição protestante é insustentável, visto que se eles tivessem que seguir tudo o que a Bíblia ordena, como ficariam certas normas do Antigo Testamento que não foram abolidas no Novo, mas pela Igreja que eles rejeitam? Exemplos: Não acender fogo (para cozinhar) em nenhuma moradia no sábado (Ex. 35,3). Não semear diferentes espécies no mesmo campo (Lev. 19,19). Não semear e colher nada, nos campos e na vinha, no ano sabático (Ex. 23, 10-11) e (Lev. 25 3-5). Não comer os frutos das árvores nos primeiros três anos (Lev 19, 23-25).

E, depois, se os pais são responsáveis perante Deus pelo sustento, proteção, educação, amparo etc de seus filhos, quanto mais seriam pelo bem espiritual.